

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE EM
1832 SOB A PERSPECTIVA DA OBRA
*ENSAIO COROGRÁFICO SOBRE
A PROVÍNCIA DO PARÁ*

*THE PARAENSE PUBLIC INSTRUCTION IN 1832 IN
THE PERSPECTIVE OF THE WORK ENSAIO
COROGRÁFICO SOBRE A PROVÍNCIA DO PARÁ*

Sérgio Ricardo Pereira Cardoso
Universidade Federal de Pelotas

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a educação paraense em 1832. Utiliza-se para isso basicamente a análise documental e bibliográfica. O documento-chave dessa investigação é a obra “Ensaio Corográfico sobre a Província do Grão-Pará”, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, um militar e escritor português que viveu no Pará de 1803 a 1850. Além de Baena, dialoga-se com Michelle Barros, que fez uma análise das obras de Baena sem, todavia, explorar o fenômeno educacional, muito bem descrito na referida obra, com as correspondências de Francisco Xavier de Mendonça Carvalho, Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1759, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Palavras-chave: História da Educação. Província do Grão-Pará. Antônio Baena.

Abstract

The present article has for objective to analyze the education of Pará in 1832. It is used for that basically the documental and bibliographical analysis. The key document of that investigation is the book “Ensaio Corográfico sobre a Província do Grão-Pará”, by Antonio Ladislau Monteiro Baena, a military and Portuguese writer that lived in the Pará from 1803 to 1850. Besides Baena, we dialogued with Michelle Barros, that made an analysis of the works of Baena, but she did not explore the education phenomenon, very well described in the referred work, with the correspondences of Francisco Xavier de Mendonça Carvalho, Governor and General Captain of the Province of Grain-Pará and Maranhão from 1751 to 1759, Sérgio Buarque de Holanda, among others.

Keywords: History of the Education. Pará's Province. Antônio Baena.

Introdução

O que estava acontecendo com Belém? [...] Naqueles anos iniciais do Império do Brasil, quase todas as províncias atravessaram momentos de sedição, e no entanto somente o Pará estava merecendo o tratamento cirúrgico. A vitória do Brasil, a incapacidade dos paraenses de reconhecerem a derrota [...] Aqui estava finalmente uma gente dura de aceitar os fatos, que não imaginava viver de outra forma, que se sabia prestes a ser descartada num desvio da História (SOUZA, 2001, p. 116-117).

As palavras de Márcio Souza, citadas acima, invocam uma necessidade de se conhecer uma época cheia de lacunas na história paraense, principalmente no que tange aos costumes e à gente paraenses daquela época.

Circundado por este paradigma, torna-se mister uma determinada carência em pesquisas de História da Educação na região norte do Brasil. Araújo (2005, p.292) apresenta um quadro analítico com o número de dissertações defendidas na UFPA (de 1993 a 2003) e UFAM (de 1986 a 2003), e o resultado apresentado pela pesquisadora foi o seguinte:

- No caso UFAM, de 104 dissertações defendidas, apenas 02 se enquadravam em História da Educação;
- Na UFPA, a perspectiva se assemelha, pois de 24 dissertações defendidas, nenhuma era em História da Educação.

Não há espaço nem é a intenção deste trabalho discutir as razões de tal desencanto em relação às pesquisas em História da Educação no Norte; mas sim, vem-se exaltar a importância de tal Temática na constituição de um corpus memorial sobre os fenômenos educacionais ocorridos na região Norte, mais especificamente, neste caso, no Pará.

Felizmente, em 2005, na UFPA, foi defendida por Wilson da Costa Barroso uma dissertação em História da Educação. Além disso, em outros programas de pós-graduação, observa-se uma crescente pesquisa em História da Educação Paraense nos séculos XVIII e XIX. Dentre os trabalhos indicativos do que se afirma, cita-se: França (1997; 2004) e Colares (2003), Souza Colares (2006).

Barroso (2005, p.11), a fim de comprovar esta carência, acrescenta a seguinte nota a respeito da historiografia da educação paraense:

Entre as dissertações e teses consultadas destaco: DAMASCENO, Alberto (1998). Origens da educação estatal na América portuguesa. Tese defendida na Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) SP; FRANÇA, Maria do P. S. G. de Souza Avelino (1997). Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará: o Liceu Paraense – 1840/1889. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia e História da Educação, da Universidade Estadual de Campinas/SP; LIMA, SP; ROSÁRIO, Maria José Avis do (1997). A organização da educação do município de Belém-PA e as mudanças da sociedade brasileira no Estado Novo. Dissertação defendida na Faculdade de Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), SP; RIBEIRO, Paulo de Tarso Rabelo (1996). A educação no Pará durante o ciclo da borracha (1870-1913). Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília/SP; SILVA, G.L. (1976). A educação na Amazônia Colonial: contribuições à História da Educação Brasileira. Dissertação defendida no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Sob novas perspectivas de se construir uma história de caráter regional / local, acredita-se que a preocupação com a história da educação paraense seja cada vez mais freqüente. A respeito disso, Reznik (2002, p.04) observa que é de fundamental importância “considerarmos a abordagem sob o recorte da história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições”.

Diante disso, o objetivo deste escrito é analisar e explicitar os dados sobre a instrução pública na Província do Grão Pará em 1832. Para tanto, a obra “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará”, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, será a espinha dorsal de tal propósito. Esta foi editada pela primeira vez em 1839; a segunda edição, a usada neste trabalho, foi publicada em 2004 pelo Senado Federal (BAENA, 2004).

Acrescento ainda que Michelle Menezes Barros (2006) fez uma dissertação sobre as obras de Baena sem, no entanto, saturá-las; e a educação foi um dos aspectos não analisados pela referida autora.

Ademais, o presente artigo justifica-se por, ao trabalhar com a história da educação num prisma regional, somar-se à própria história da educação nacional, posto que uma não nega a outra. Além disso, este trabalho ajuda a preencher uma das muitas lacunas na historiografia educacional paraense, que é justamente a educação na primeira metade do século XIX na Província do Grão Pará.

Antônio Ladislau Monteiro Baena e seu tempo-espaço

Toda obra transcende numa vontade de prolongar em si a vivência do autor. Este condicionar ao tempo do autor não é tão simples quanto parece; é aderir à sua forma mais íntima, mais secreta de sentir, pensar e viver. Por isso, para entender o espaço-tempo vivenciado por Baena, é de fundamental importância caracterizar sua obra como produto deste mesmo contexto espaço-temporal, ou seja, desvelar os contextos históricos e sociais do autor e sua obra, bem como sua relação com a realidade sócio-cultural.

A historiografia tradicional, tanto paraense quanto brasileira, versa sobre uma economia paraense tipicamente extrativista, desde o período colonial; característica esta acentuada principalmente com o aumento da extração e comercialização da borracha, ao longo da segunda metade do século XIX. Mas devemos analisar isto com um pouco mais de cautela.

É preciso ter em mente que, em torno de 1800, mais precisamente 1798, a Coroa Portuguesa perde sua principal estratégia política implementada pelo governo pombalino para a Província do Grão-Pará: o Diretório dos Índios, oficializado em 1758, sob a égide do Tratado de Madrid e a consequente expulsão e confisco dos bens das ordens religiosas do Brasil, principalmente os inicianos.

Com a lógica de reproduzir a força econômica indígena preparada pelas missões religiosas, o Diretório dos Índios, com seus 95 parágrafos, regulamenta uma série de medidas que têm a intenção clara de educar o indígena missionário, já adaptado à divisão social do trabalho, à lógica econômica colonial da produção mercantilista de Pombal (COELHO, 2000). Mauro Coelho (2000) ainda analisa o Diretório com uma perspectiva de o estratagema pombalino, além da inserção do índio como trabalhador ativo, propiciar o desenvolvimento econômico do Grão-Pará, pois as

únicas instituições que conseguiram desenvolver potencialmente a região foram as missões religiosas e suas estruturas produtivas de bens materiais; Marquês de Pombal procurava então continuar o mesmo feito. Lógica esta percebida na seguinte correspondência recebida por Francisco Xavier de Mendonça Carvalho, Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759):

Bom é que os índios participem a conhecer a fortuna em que estão, e se vão recolhendo às povoações, deixando os mocambos em que viviam, obrigados das violências e tiranias com que eram tratados; e em eles tendo um claro conhecimento do novo sistema, tenho por sem dúvida, que não só os dos mocambos, mas até os dos matos hão de vir buscar as novas vilas, e observadas as ordens conteúdas no Diretório farão em nós a boa fé que os repetidos e longos fatos de tantos anos lhes têm feito perder [...] O negócio dos índios de Borba passa este ano de sessenta arrobas de cacau; fora um pouco de cravo, que tudo se acha nesta Cidade, e levando a soma empregada para a sua terra, ficarão providos bastantemente, e conhecerão a grande diferença que se dá dos governos dos Padres ao presente [...] Pará, 6 de setembro de 1757 (MENDONÇA, 2005, tomo III, p.348-350).

Paralelamente ao Diretório dos Índios, a economia paraense também sofreu um forte incremento com o estabelecimento da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), esta não só proporcionou o aumento do comércio local e, conseqüentemente, uma maior arrecadação de impostos, como intensificou o escravismo africano na região. A expectativa da Companhia de Comércio era tão grande que o próprio Francisco Xavier de Mendonça Carvalho, em carta ao seu irmão, exclamou:

ILMO. E Exm^o Sr. Meu irmão do meu coração: Chego com o maior gosto à presença de V. Ex^a a pedir-lhe me queira o favor de, com o profundíssimo respeito que devo, chegar aos pés de S. Maj. E beijar-lhe mil vezes, pela piedade com que tem olhado para este, até agora infelicíssimo Estado [...] A do estabelecimento da Companhia tem as conseqüências que V. Ex^a não ignora, pelo que diz respeito a estas duas capitânias, ou tugúrios insignificantes, que não servem de outra coisa senão de habitação

de mendigos, serão em poucos anos fazendas rendosíssimas [...] Acrescento às utilidades particulares deste Estado o animarmos com a introdução dos pretos pelo rio da Madeira [...] Arraial de Mariuá, 6 de julho de 1755 (MENDONÇA, 2005, tomo II, p.373-376).

O certo é que o Grão-Pará durante o período colonial nunca possuiu uma espécie agrícola que preenchesse a economia de exportações em larga escala — como, por exemplo, a produção açucareira. No entanto, através de Souza Coutinho e seu sucessor D. Marcos de Noronha e Brito,

o Pará, ao contrário do Rio Negro, experimentou progresso. As comunicações com Mato Grosso e Goiás, pelo Madei-

to Governador e Capitão General do Gran-Pará e Rio Negro” (BAENA, 1969, p. 253). Desde então até sua morte em 1850, “através da descrição física e política da província paraense, Antônio Baena forneceu dados estatísticos de uso político para o Império brasileiro [...] a serviço do Império, viveu e escreveu em um momento ímpar para o Brasil e para o antigo Grão-Pará” (BARROS, 2006, p.08).

Portanto, a Província do Grão-Pará, em fins do século XVIII e início do século XIX, já apresentava um forte desenvolvimento econômico; desenvolvimento este acompanhado de um crescimento demográfico considerável; o próprio Baena oferece dados comparativos sobre a população do Pará:

Tabela 1

Nº. total de habitantes e domicílios (fogos) na Província do Grão-Pará, segundo Baena.

Ano	Pessoas	Domicílios (fogos)
1749	6.574	900
1788	10.620	1.033
1801	12.500	1.822
1825	13.247	1.931
1830	12.477	1.749

Fonte: Baena (2004, p.19)

ra e pelo Tocantins passaram a exercer-se com maior intensidade [...] O crescimento demográfico prosseguiu também. Em 1799, o censo oficial acusava 83.454 habitantes, sendo 67.978 no Pará propriamente dito e 14.480 no Rio Negro. As relações mercantis interiores e com Lisboa ativavam-se. Em 1800 a exportação somava 628:494\$650 e a importação 418:379\$989. Aquela contava com cacau, arroz, café, algodão, canela, salsaparrilha, puchiri, anil, óleo de copaiba e de andiroba, urucu, castanha, madeiras em toros e pranchas [...] o esforço por criar uma economia agrícola produzia resultados evidentes (HOLANDA, 1985, p.71-72).

Segundo Blake (1883, p.235), Antônio Ladislau Monteiro Baena nasceu em Lisboa entre 1781 e 1782, cujos pais foram João Sanches Baena e D. Maria do Resgate Monteiro Baena, vindo a falecer no Pará em 29 de março de 1850.

Sob o posto de segundo-tenente da artilharia de linha, em 1803, Baena desembarca em Belém como ajudante de campo de Dom Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos — “Vigessimo sex-

Mesmo Baena (2004, p.19) chamando nossa atenção para o fato de que “ a cidade há sido teatro de graves perturbações da ordem e segurança pública, e de quatro andaços de bexigas e sarampos, que atearam peste nos habitantes”, é inegável o crescimento demográfico da província no período de 1749 a 1830, fenômeno que demandava uma preocupação maior com o saneamento e a urbanização da cidade de Belém.

Entre 1803 e 1806, Dom Marco de Noronha e Brito, procurando modernizar Belém, realizou uma intensa reforma urbanística. O governador também construiu o “Largo do Redondo”, um passeio público circular, todo arborizado, localizado à estrada que conduzia ao Jardim Botânico, destinando-se ao comércio de hortaliças; outra reforma, citada pelo próprio Baena (1969, p.254), foi no Piri, também denominado Alagadiço de Juçara, onde foram construídas estradas de passeio com várias caneleiras, trazidas de Caiena.

Apesar de não estar claro, dentro desse projeto desenvolvimentista, parece óbvio que haveria um lugar especial para a instrução pública.

A educação nos âmbitos nacional e local: diálogos

As primeiras experiências educacionais no Brasil se deram por conta dos jesuítas; esta era uma das diversas formas encontradas pela Igreja Católica sob a égide da contra-reforma, cuja intenção era a de conversão dos indígenas, expandindo assim a fé cristã. Em contrapartida, para a coroa portuguesa, os jesuítas tinham a função de “amansar” os gentis, além de ensinar o português, o que facilitava o controle ideológico e político do novo mundo.

Permanecendo no Brasil de 1549 a 1759, eles se deram conta de que, para uma total conversão, era de fundamental importância a educação prévia dos índios; dessa forma, os nativos aprendiam língua portuguesa, os costumes europeus e principalmente os dogmas da religião católica.

Além das aulas de ler e escrever (elementares), os jesuítas ofereciam mais três cursos: o curso de Letras e o de Filosofia e Ciências, considerados ensino secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, nivelados em nível de ensino superior, cuja função era principalmente a de formar sacerdotes (XAVIER, 1994); dessa forma,

As primeiras escolas reúnem os filhos dos índios e colonos, mas a tendência da educação jesuítica é separar os “catequizados” e os “instruídos”. A ação sobre os índios se resume na cristianização e na pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho. Com os filhos dos colonos, porém, a educação tende a ser mais ampla, estendendo-se além da escola elementar de ler e escrever (ARANHA, 1998, p.101).

Com o intuito, então, de catequizar os indígenas, os jesuítas passaram então a construir missões e/ou reduções, que eram povoações longínquas, afastadas dos centros urbanos e dos colonizadores portugueses e espanhóis. Dessa forma, a estrutura educacional jesuítica foi predominante no Brasil por mais de 200 anos, até o momento em que Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, os expulsou em 1759. Este fato foi um verdadeiro retrocesso na educação brasileira, pois o espaço deixado pela Companhia de Jesus não foi preenchido; esta crise começa a ser afugentada no início do século XIX, com a vinda de Dom João VI para o Brasil.

Com relação à Província do Grão-Pará, os jesuítas criaram, em 1654, o Colégio Jesuíta de Santo Alexandre, no Pará, e o Colégio Jesuíta de Nossa Senhora da Luz, no Maranhão (SCHMITZ, 1994, p.45).

Adepto do absolutismo iluminado, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, teve como principal característica de seu governo a separação entre Igreja e Estado. Não interessava mais à coroa portuguesa as intenções dos jesuítas; a ideologia religiosa era substituída pela dinâmica comercial e política de Portugal.

A fim de superar a crise causada pela ausência dos jesuítas, Marquês de Pombal instituiu no Brasil as chamadas “Aulas Régias”, cujo currículo era o Latim, o Grego, Arte, Retórica, entre outras. Apesar do esforço, este sistema foi um verdadeiro fracasso, posto que as aulas régias eram autônomas e isoladas, sem qualquer interação ou currículo comum.

Não havia uma formação adequada dos professores; em verdade, eram convocados a serem professores aqueles que possuíam uma gama mínima de conhecimentos em relação ao restante da população local. Além disso, eram mal remunerados; para suprir esta deficiência na remuneração dos professores, o governo criou o chamado “imposto literário”, mas “não funcionou a contento, pois o subsídio ou não era cobrado, ou era desviado para Portugal, os melhores professores não permaneciam no cargo devido aos baixos salários” (CARVALHO, 1978, p.55). Sob esse subsídio na Província do Grão-Pará, na seção “ESPECIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES GENERANTES DOS CABEÇALHAS DA PROVÍNCIA”, Baena (2004, p.156-157) descreve o valor do referido imposto: “O subsídio literário de uma pataca em cada cabeça de gado *vacum* regulado pelo Alvará com força de lei de 10 de novembro de 1772, e pelas Cartas Régias de 17 de outubro de 1773, e de 23 de agosto de 1805”.

De certa forma, as Reformas Pombalinas, com o intuito de alinhar Portugal com o pensamento iluminista, em relação à educação, almejavam alcançar três objetivos: “trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1996, p. 104). Mas os objetivos não foram cumpridos, Marquês de Pombal desbancou o ensino religioso sem, contudo, promover o ensino laico, público e gratuito versado pelo iluminismo.

Fugindo da ameaça de Napoleão na Europa, D. João VI e a família real transferiram-se para o Brasil. Para muitos historiadores, isso representou uma mudança crucial em praticamente todos

os aspectos da vida na colônia. Do ponto de vista comercial, a abertura dos portos fomentou o comércio e colaborou para o fortalecimento de uma incipiente burguesia urbana, desenvolvendo as cidades e recrudescendo o processo de interação entre as províncias. Além disso, os agricultores prosperavam mais do que nunca, a partir da ampliação dos mercados interno e externo. Do ponto de vista cultural, foi como se o Brasil ingressasse pela primeira vez na comunidade internacional: os brasileiros iam tomando cada vez mais contato com o resto do mundo ocidental, preferencialmente a Europa.

Do ponto de vista político, a presença do rei de Portugal no Rio de Janeiro e a transformação do Brasil em Reino Unido de Portugal e Algarves intensificaram os debates e as reivindicações políticas e sociais da população e das elites, principalmente do centro-sul do Brasil, levando D. João VI a adotar inúmeras políticas públicas para tal região.

A educação brasileira nessa época também se beneficiou da presença da família real. D. João VI cria a Academia da Marinha e um Curso de Medicina, dois Cursos de Medicina e o Curso de Ciência Econômica (1808). Desfazendo-se de sua biblioteca pessoal, D. João VI funda a nossa primeira biblioteca, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, além de fundar a Academia Militar, em 1810. A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios é criada em 1816. O Museu Nacional é criado em 1818. Suas realizações, como se vê, restringem-se praticamente ao ensino superior. O ensino básico ou primário teria que esperar até a Independência e a formação do Primeiro Império.

Em 1820, o descontentamento contra D. João VI se revela também em Portugal, com a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto. Em 1821, D. João VI deixa o Brasil. Um ano depois, seu filho D. Pedro I declara a Independência do Brasil.

Com a Independência, a convicção de que era necessário instruir as elites do país adquire novo impulso. As medidas governamentais com respeito à educação seguiram, na maioria dos casos, a mesma tendência observada na época de D. João VI: a ênfase no ensino superior e o desenvolvimento das vias de acesso a ele. O próprio D. Pedro I, na abertura da Assembléia Constituinte, em 3 de maio de 1823, pronuncia um discurso em que fica clara a necessidade de um regramento específico sobre a Instrução Pública: “Tenho promovido

os estudos públicos, quanto he possível, porém necessita-se para isto de uma Legislação particular” (DAGC DE 1823, 1973, p.17). Entretanto, é preciso ter em mente que as possibilidades de D. Pedro I se concentravam basicamente no Rio de Janeiro, havendo certa despreocupação em relação às outras províncias, o que já causava determinado descontentamento nas mesmas.

Atendendo então ao apelo de D. Pedro I, A Assembléia Constituinte elegeu uma Comissão de Instrução Pública para redigir os projetos sobre instrução pública, elaborando dois projetos de lei: o Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira, apresentado na sessão de 16 de junho de 1823, e o Projeto de Criação de Universidades, apresentado em 19 de agosto de 1823. O primeiro projeto concentrava-se em se fazer concurso público a fim de “estimular os gênios brasileiros” a redigirem um plano de educação que englobasse o eixo “educação física, moral e intelectual”:

A Assembléa Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil Decreta o seguinte.

1º Será reputado Benemerito da Patria, e como tal condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro, ou nella adiantado, se já a tiver, aquelle cidadão, que até o fim do corrente anno appresentar á Assembléa o melhor Tractado de Educação phisica, moral, e intellectual para a Mocidade Brasileira (DAGC DE 1823, 1973, p.225).

Já o Projeto de Criação de Universidades basicamente versou sobre a criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, além da criação de um curso jurídico também em São Paulo a fim de suprir a ausência de magistrados da nova nação, bem como formar os futuros líderes do Império (DAGC DE 1823, 1973, p.614-615). Mesmo com divergências em relação ao número de universidades e às cidades onde elas seriam instaladas, o projeto foi aprovado em 04 de novembro de 1823; contudo, Assembléia constituinte foi dissolvida em 12 de novembro de 1823. Ou seja,

A Constituinte de 1823, com todo os arazoados patrióticos e exultantes, em seis meses de trabalho produziu mais discursos veementes e oradores esfuziantes sobre a instrução, que diretrizes fundamentais para a educação nacional. A educação básica ficou absolutamente relegada à iniciativa privada até o Ato Adicional de 1834 e a criação da universidade foi mais

um motivo de emulação entre deputados provinciais, que proposta efetiva para a criação de estudos superiores no Brasil (FAVERO, 2005, p.50-51).

As poucas leis que eram criadas para regulamentar ou fomentar o ensino básico ou primário geralmente eram ruins ou não eram cumpridas. Um exemplo disso foi o decreto de 29 de janeiro de 1823, que estabelecia o sistema de monitoria (o ensino mútuo) baseado no teórico Joseph Lancaster. Tratava-se, na verdade, de um paliativo para a falta de professores nas escolas: era indicado um professor por escola e, para cada grupo de dez alunos, havia um aluno que atuava como monitor, estando ele preparado ou não.

Antes mesmo de dissolver a Assembléia Constituinte, D. Pedro I determina aos Presidentes do Conselho das Províncias, através da Lei de 20 de outubro de 1823, a incumbência de proporcionar a educação das novas gerações.

Com a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, reza em seu art. 179, parágrafo XXXII: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Esta mesma constituição, ao estabelecer “OS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA E SUAS ATRIBUIÇÕES”, art. 73, regulamenta que, o Conselho Geral da Província do Pará “constará de vinte e um membros” (NOGUEIRA, 2001).

Houve também a Lei de 15 de outubro de 1827, através da qual se determinava a criação de escolas básicas em todas as cidades e lugares, assim como escolas para meninas nos grandes centros. A intenção do Império era boa, mas a ausência de fiscalização e de receitas das províncias colocará a instrução pública provincianas em segundo plano, como perceberemos no próximo tópico que tratará mais especificamente dos dados sobre educação paraense em 1932.

Ensaio Corográfico sobre a Província do Grão Pará: algumas considerações

Atualmente, há um consenso em se associar a palavra “corografia” a uma determinada área da Geografia que estuda um país ou um de seus

territórios (BUENO, 1996, p.166; HOST DIME, 2008). No entanto, é necessário entender o sentido do termo “corografia” na contemporaneidade em que ele é usado na obra. De acordo com o “Dicionário da Língua Portuguesa” de Antônio de Moraes Silva¹, o vocábulo significa o seguinte: “CHOROGRAPHIA, ou — FÍA, (ort. Philos. n’ este e deriv.) (*ch* como *k*) s. f. (do Gr. *Chora*, paiz, e *graphô*, eu descrevo) Descrição, representação de alguma região” (SILVA, p. 434).

Esta progressão funcional do léxico corografia para uma área da Geografia se dá pelo fato de que, apesar de se descrever uma determinada localidade de forma global – sua história, sua formação política, sua descrição física, administrativa, econômica, populacional, etc., privilegiava-se mais os aspectos geográficos da região descrita.

De fato, as descrições registradas concretizavam-se numa espécie de relatório político-administrativo, que apresentava uma visão geral, atualizada e, por vezes, comentada pelo autor.

No caso da obra “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará”, que comporta dados da Província do Pará até 1832, Baena (2004) apresenta, de acordo com Barros (2006, p.28-29), os seguintes aspectos: delimitação geográfica; população; clima; produtos naturais do Pará; minerais; vegetais; agricultura; zoologia; aparência, capacidade e caráter dos naturais do Pará; forma antiga de administração; comércio; divisão eclesiástica; subdivisões – Comarca de Belém, Marajó e São João do Rio Negro; listas hidrográficas; catálogo dos governantes; aditamento da nova divisão das comarcas (1833).

Na mesma obra, a autora salienta que os termos utilizados por Baena foram “simplificados para efeito comparativo, visto que sua completa classificação dos temas descritos seria demasiada extensiva” (2006, p.29). Contudo, em anexo, a mesma traz um índice detalhado da 2ª edição da referida obra, do qual destaco as referentes à educação no Pará (2006, p.125):

Escola de primeiras letras.....204
- na comarca de Belém do Pará.....204

¹ Antônio de Moraes Silva publicou a 1ª edição de seu dicionário de língua portuguesa em 1789. Nesta, não é feita nenhuma referência ao dicionarista. Seu nome aparece a partir da segunda edição do Dicionário da Língua Portuguesa, atualizada pelo lexicógrafo e editada em 1813. Já a 3ª e 4ª edições da mesma são editoradas em 1823 e 1831, respectivamente. Notifica-se, então, que, neste trabalho, usou-se a 5ª edição da referida obra, publicada em 1848 (VERDELHO, 2002, p.15-64); no entanto, o termo em questão é o mesmo da 4ª edição por não possuir o sinal “*”, pois, de acordo como o prefácio da 5ª edição, “vai acrescentada com grande copia de vocábulos novos levando este sinal * todos os que não são de Moraes” (SILVA, 1844, p. II).

- na comarca do Marajó.....	205
- na comarca do Rio Negro.....	205
Escolas de língua latina.....	205
Escola de retórica.....	205
Escolas de filosofia racional e moral.....	206
Escolas de língua francesa.....	206
Escolas de geometria.....	206
Primeiras letras.....	206
Ensino simultâneo.....	206
Ensino separado.....	206
Gramática Latina.....	206
Retórica.....	207
Filosofia racional e moral.....	207
Lista da class. dos estudantes da cidade do Pará no ano de 1832.....	208

Percebe-se que a instrução pública tem uma importância destacada entre os dados colhidos por Baena; o autor, todavia, apenas descreve e classifica, sem maiores análises, a situação das escolas, dos alunos e professores da época. Seja como for, seus dados são suficientes para nos dar um panorama da educação paraense por volta de 1832.

É viável esclarecer que Antônio Baena fala direta e indiretamente sobre a educação em diversos postos de sua obra, que não estão especificados no índice acima. Como por exemplo, ao falar da Cabeça da Comarca de Belém, ou seja, da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, o autor se refere a duas escolas que funcionam no Convento de Santo Antônio: “uma gratuita de Gramática Latina ensinada pelo digno religioso e venerando ancião Frei Antonio de Santa The-reza, e outra do ensino mútuo paga pela Tesouraria da Província” (BAENA, 2004, p.192); outros exemplos são a “Casa das Educandas estabelecida pelo Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho no ano de 1804 em benefício das Meninas Gentias” (BAENA, 2004, p. 193), e a Casa da Aula de Artilharia, uma casa de dois pavimentos, em que “no segundo pavimento foram colocadas as escolas de matemática e sua aplicação à artilharia, de desenho e de gramática latina, e uma pequena biblioteca...”. Já o primeiro pavimento “foi ocupado por duas escolas, uma de primeiras letras e outra de filosofia racional e moral” (BAENA, 2004, p.195).

De acordo com Baena (2004, p.203); a Instrução Pública na Província do Grão-Pará contemplava dois níveis apenas: enquanto o primeiro grau ou ensino elementar compreendia “o ensino da arte de ler e escrever, e dos princípios

e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo”, o segundo grau dispunha de “escolas de gramática latina, de filosofia racional e moral, de teórica, de geometria e de língua francesa”. Além disso, o currículo era precário e disforme (p. 205). Ou seja, não existia ensino superior no Brasil em 1832; o que mais se assemelhava a tal era o Seminário Eclesiástico: “nele ensina-se latinidade, teologia especulativa, moral, liturgia e música coral, a fim de habilitar para o sagrado ministério do sacerdócio a mocidade paraense” (BAENA, 2004, p.204).

As escolas de primeiras letras, pela procura e por sua funcionalidade, eram as mais numerosas. Na Comarca de Belém do Pará, existiam seis na cidade, das quais apenas duas, somando 135 alunos, tinham professores, pois estavam estruturadas pelo método “lancasteriano”, o que tornava o ensino mais barato; as outras quatro ___ três de meninos e uma de meninas, cujo método era o ensino individual, por isso mais custoso ___ estavam sem professores.

É fácil notar que, mesmo o professor de ensino mútuo (baseado em Lancaster) recebendo 300\$000, portanto 150\$000 mais que o ensino individual (ou em separado), aquele, devido abranger um resultado maior de alunos por professor, tornava-se menos oneroso aos cofres da Província.

Fazendo uma análise de gênero, percebe-se uma discriminação da administração pública em relação ao gênero feminino, pois quem ministrava os honorários à mestra de meninas, que vencia 400\$000, eram as próprias alunas, que aprendiam sob o método do ensino em separado ___ talvez por isso elas estivessem sem professora.

Em se tratando das vilas, as que tinham professores eram: Vigia, Santarém, Cintra, Bragança, Macapá, Mazagão, Óbidos e Nova de El-Rei; já as vilas de ,Oeiras, Ourem, Guarupa, Monte Alegre, Faro, Alemquer, Porto de Mós, Franca, Turissú, Baião, nas freguesias de Abaité e Igarapé-Miri, todas sem professor (BAENA, 2004, p.204).

Na Comarca de Marajó, existiam quatro escolas de primeiras letras, mas apenas uma tinha professor, a da freguesia de Cachoeira, as demais regiões ___ vilas de Monsarás e Chaves, e a freguesia do Muaná ___ estão sem professor. Situação pior se encontrava a Comarca do Rio Negro, suas sete escolas estavam sem professores (BAENA, 2004, p.205).

Sintetizando as informações acima, temos:

Tabela 2

Escolas de Primeiras Letras da Província do Grão-Pará em 1832.

Comarcas	Qtd. de escolas com professor	Qtd. de escolas sem professor	Total de Escolas
Belém-Pa	10	16	26
Marajó	01	03	04
RioNegro	00	07	07

Fonte: Baena (2004, p.204-205)

Referindo-se ao ensino secundário, Baena(2004, p. 205-207) apresentava os seguintes dados:

- As cinco escolas de Língua Latina, todas com professor, possuíam 28 alunos. Duas na cidade, uma em Vigia, uma em Cameté e outra em Santarém. O curso durava três anos e o currículo se baseava no “novo método de Pereira, a gramática de Lobato, as fábulas de Pedro, Virgílio, TitoLívio, Cícero, Horácio e Ovídio” (p.205). O professor recebia um vencimento de 400\$000 na cidade, 300\$000 em Santarém, e 200\$000 em Cameté e Vigia;
- Havia uma escola de Retórica, com 7 alunos, na cidade. O curso durava um ano e estudavam “Quintiliano, a Arte Poética de Horácio, o Tratado do Sublime de Longino e as Orações de Cícero” (p.205). O ministrante de Retórica tinha um vencimento de 240\$000;
- As escolas de Filosofia Racional e Moral também existiam em quantidade de uma na cidade e computavam 23 alunos. O curso tinha a duração de um ano e, basicamente, se estudava Cícero. O professor percebia a quantia de 300\$000.

Em suma, o censo escolar de Belém do Pará em 1832 resumia-se em 193 alunos do gênero masculino.

Palavras finais, mas não definitivas

Neste artigo demonstramos o quanto é im-

portante resgatarmos a memória do fenômeno educativo no Pará durante a segunda metade do Séc. XVIII e primeira do Séc. XI, pois é latente uma lacuna extensa desse período na historiografia educacional paraense. Explícito também é a falta de movimentação no resguardo do corpus memorial da educação paraense.

O trabalho, diante disso, procurou descrever e analisar a educação paraense em 1932. Mas, até chegar-se em 1832, tratou-se de evidenciar a dinâmica política, econômica e social, da qual brotará a estrutura educacional paraense. A Província do Grão-Pará desenvolve-se graças às reformas pombalinas, que, em determinado momento, exige um processo de modernização, ao qual está atrelada a educação; é importante que façamos estes estudos sobre a primeira metade do Séc. XIX para que possamos desmistificar a idéia da historiografia tradicional de que a modernidade só chega ao Norte do Brasil durante o “boom” da economia da borracha.

No que se refere à obra “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará”, de Baena, pode-se dizer que ela é um marco documental sobre a educação paraense, principalmente em Belém, local em que o autor é mais detalhista. Em seu relatório, vê-se claramente que as escolas existiam, mas não havia professores para ocupá-las, pois enquanto um professor recebia, no máximo, 400\$000, um escrivão recebia, no mínimo, 500\$000, e um feitor, 400\$000 (BAENA, 2004, p.142-143).

Da mesma forma que comecei, termino este ensaio com algumas palavras de uma personagem de Macio Souza (2001, p. 114), que representam minha impressão sobre mim em relação a este trabalho: “Na verdade, eu conhecia muito pouco do Pará, vivia fechada em minha casa”.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

ARAÚJO, Marta Maria de. A Produção em história da educação das Regiões Nordeste e Norte: O Estado do Conhecimento (1982-2003). In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2. ed. Belém: Universidade Federal de Pará, 1969. 365 p.

_____. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, 432 p.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. *Germes de Grandeza: Antônio Ladislau Monteiro Baena*

e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). 126 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Tomo I.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD / LISA, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

COELHO, Mauro Cezar. A Civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios: a educação de indígenas e lusobrasileiros pela ótica do trabalho. *Revista de História Regional*. Vol. 5, nº2, 2000. Disponível em http://www.rhr.uepg.br/v5n2/mauro.htm#o_**. Acesso em: 15 jan. 2008.

COLARES, Anselmo Alencar. *Colonização, catequese e educação no Grão-Pará*. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2003.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE (DAGC) DE 1823. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1973.

FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1824-1988)*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro de Souza Avelino de. *Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão Pará: o Liceu Paraense*. 1997. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1997.

_____. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora*. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira. Brasil monárquico: dispersão e unidade*. v. II. t. II. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

HOST DIME. *Dicionário de Língua Portuguesa* on-line. Disponível em www.hostdime.com.br/dicionario/corografia.html. Acesso em: 31 jan. 2008.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capital-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 3 tomos.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal, 2001.

REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?* Texto apresentado no V Taller Internacional de História local y regional, realizado em Havana, Cuba, 2002. Disponível em www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pd. Acesso em: 10 mar. 2007.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844. TOMO I.

SOUZA, Márcio. *Desordem*. Rio de Janeiro: Record, 2001. (2º volume da tetralogia Crônicas do Grão Pará e Rio Negro)

SOUZA COLARES, Maria Lília Imbrida de. Panorama da Educação em Santarém. In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 23, p. 95-113, set. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art07_23.p. Acesso em: 21 jan. 2008.

VERDELHO, Telmo. Dicionários Portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta; PETER, Margarida (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas / Campinas: Pontes, 2002.

SCMITZ, Egídio Francisco. *Os jesuítas e a educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus*. S. Leopoldo: UNISINOS, 1994.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *História da Educação; a Escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

Sergio Ricardo Pereira Cardoso

Possui graduação em Licenciatura Plena de História pela Universidade Católica de Pelotas (2002) e mestrado em Educação (História da Educação) pela Universidade Federal de Pelotas (2004); atualmente, é doutorando em Educação (História da Educação), sob orientação do Prof. Dr. Elomar Tambara. Participa de dois grupos de pesquisa da FaE/UFPel- Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) e Filosofia da Educação e Práxis Social (FE-PráxiS). Atua como professor na Universidade Católica de Pelotas e na Universidade Federal de Pelotas.

Recebido em 20/03/2008

Aceito para publicação em 21/08/2008